



Operação Compliance Zero

Aumenta cerco ao dinheiro para filme

Dino ordena abertura de processo para investigar suspeita de envio de emenda para custear *Dark Horse*. MPTCU pede apuração

» IAGO MAC CORD
» ROSANA HESSEL

Vitor Souza/AFP

As suspeitas envolvendo o financiamento do filme *Dark Horse*, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, ganharam novas frentes após o vazamento da conversa em que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pede dinheiro ao dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, para, supostamente, custear o longa. Ontem, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a abertura de processo para apurar o eventual envio de emendas parlamentares voltadas à cinebiografia. Já o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) acionou a Corte de Contas para investigar indícios de irregularidades vinculados à captação de recursos para a produção.

A apuração ordenada por Dino, ainda em caráter preliminar e com sigilo nível 3, tem como base petições dos deputados Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ) e Tabata Amaral (PSB-SP).

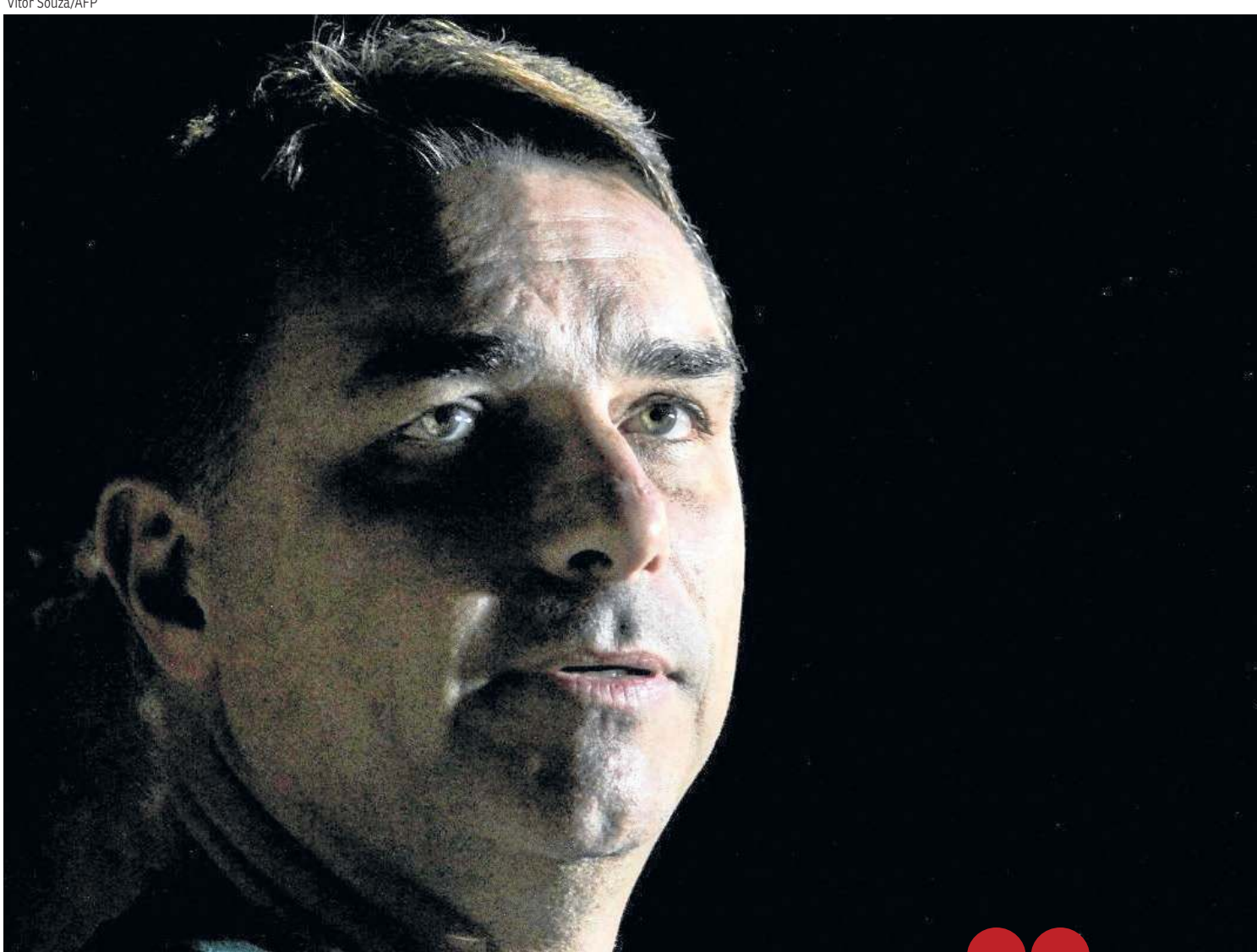
Segundo os parlamentares, os deputados Marcos Pollon (PL-MS), Mario Frias (PL-SP) e Bia Kicis (PL-SP) enviaram emendas para o Instituto Conhecer Brasil e à Academia Nacional de Cultura. As duas entidades fazem parte do mesmo conglomerado de ONGs e são ligadas à produtora audiovisual Go Up Entertainment, responsável pelas gravações de *Dark Horse*, ainda não lançado.

Em março, Dino pediu explicações da Câmara sobre o envio de emendas parlamentares. Pollon e Bia Kicis negaram o envio direto de recursos para produtora do filme. Frias também deveria ser notificado para prestar esclarecimentos, mas não foi encontrado pelo oficial de Justiça enviado pelo Supremo.

Diante do episódio, Dino determinou que a Câmara informe os endereços residenciais do parlamentar em São Paulo e Brasília.

Frias destinou R\$ 2 milhões ao Instituto Conhecer Brasil. As emendas ocorreram em 2024 e 2025.

Tabata Amaral apontou um “ecossistema de pessoas jurídicas interconectadas”, sob o comando da roteirista. “Tal configuração estabelece um grupo econômico por



Flávio: “Seguro e tranquilo”

» VANILSON OLIVEIRA

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse estar “tranquilo, firme e seguro”, em relação à denúncia de ter negociado R\$ 134 milhões com Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Ele repetiu que o dinheiro foi destinado para financiamento do filme *Dark Horse*. O pré-candidato à Presidência garantiu que nada foi repassado indevidamente para o irmão, o deputado cassado Eduardo Bolsonaro, que está nos Estados Unidos. As declarações foram dadas em entrevista à CNN.

Sobre a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou uma investigação sobre eventual envio de emendas parlamentares para custear a produção, Flávio garantiu que não aconteceu.

O parlamentar relatou ter conversado com o deputado Mario Frias (PL-SP), que teria enviado recursos para o filme por meio de emendas destinadas a ONGs. “Não tem essa vinculação com o filme, não tem nada de errado na verba de parlamentar que ele destinou para essa instituição”, frisou.

Questionado sobre o papel de Eduardo no projeto do filme, Flávio afirmou que o irmão daria explicações em vídeo. “Então, está todo mundo muito tranquilo. Só ficamos chateados, obviamente, de ter que perder tempo de explicar, mas vou fazer isso. Eu sou pessoa pública, eu tenho que vir a público e explicar, dar os detalhes o tempo que for necessário”, destacou.

“Pega ladrão”

Ontem, Flávio foi alvo de vaias e protestos ao chegar ao Quartel-General da Polícia Militar do Rio de Janeiro, onde participou de um evento.

Manifestantes gritaram frases como “pega ladrão” e “bandido”, enquanto exibiam cartazes contra o parlamentar do PL. Segundo relatos, o protesto ocorreu no momento em que a banda da corporação executava uma marcha em homenagem ao senador.

coordenação’ que, na prática, pode estar constituindo-se como um óbice à rastreabilidade dos recursos públicos”, sustentou.

O despacho que determinou o desmembramento da apuração foi proferido na mesma semana em que o site *The Intercept Brasil* revelou que Flávio negociou com Vorcaro um financiamento de R\$ 134 milhões para custear o filme.

A ação original, relatada por Dino, é a que trata do controle de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares.

Banco de Brasília

No MPTCU, o subprocurador-geral Lucas Furtado cita na representação apresentada ontem os diálogos envolvendo Flávio e Vorcaro negociando valores milionários para o filme.

“Não é demais lembrar que o Banco Master, gerido por Vorcaro, operou e expandiu sua liquidez no mercado sob o forte e direto lastro de vultosos ativos de origem pública, a saber: aporte de cerca de R\$ 12 bilhões provenientes do Banco de Brasília (BRB), instituição financeira controlada pelo poder público, injetados no Banco Master sob moldes de operações financeiras cuja estrutura e riscos vêm sendo objeto de questionamentos públicos e de ampla repercussão na imprensa especializada”, escreveu Furtado. “Bilhões de reais perenes aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de diversos estados e municípios brasileiros encontram-se custodiados em CDBs e ativos do Banco Master, expondo a poupança e a aposentadoria do funcionalismo público a riscos decorrentes de ingerência e

favorecimento político.”

Segundo o subprocurador, “tais fatos, portanto, apontam que o financiamento da ‘superprodução cinematográfica’ não se limitou a uma mera e inocente relação entre entes privados”.

Na representação, Furtado solicitou que o TCU investigue utilização de incentivos fiscais e benefícios tributários ou patrocínios na produção do filme, assim como a eventual utilização de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares, convênios, contratos administrativos, termos de fomento ou instrumentos congêneres vinculados, direta ou indiretamente, ou de possíveis aportes financeiros destinados à produção audiovisual provenientes de empresas vinculadas direta ou indiretamente ao Master ou a Vorcaro. (Com agências Estado e Brasil)



Quando a gente quer fazer tudo legal, tudo bonitinho, acontece isso. É por isso que tantas pessoas boas do Brasil estão deixando de investir no Brasil”

Flávio Bolsonaro (PL-RJ), senador e pré-candidato à Presidência

Reprodução/Redes sociais



Eduardo Bolsonaro nega ter recebido dinheiro do dono do Master

Eduardo foi produtor do longa, diz site

O deputado cassado Eduardo Bolsonaro negou que tenha recebido recursos financeiros do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

As declarações, feitas nas redes sociais, ocorreram na mesma data em que o site *The Intercept Brasil* publicou uma reportagem segundo a qual o ex-parlamentar atuou como produtor-executivo de *Dark Horse*, filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e teve poder sobre a gestão financeira do projeto.

De acordo com o site, um contrato de produção, datado de novembro de 2023 e assinado digitalmente por Eduardo em 30 de janeiro de 2024, traz a empresa GoUp Entertainment, sediada nos Estados Unidos, como produtora, e Eduardo à frente da produção executiva, junto ao deputado federal Mario Frias (PL-SP). O contrato

previa “envolvimento nas considerações estratégicas relacionadas ao financiamento do filme”.

O site também diz que o fundo do advogado Paulo Calixto, advogado encarregado do processo migratório de Eduardo nos Estados Unidos, recebeu dinheiro de Vorcaro. A reportagem lembra ainda que a Polícia Federal apura se o dinheiro de Vorcaro para *Dark Horse* teria custeado despesas de Eduardo no país norte-americano. Segundo o site, o fundo Havengate Development Fund LP é sediado no Texas.

“Quem fala que Eduardo Bolsonaro recebeu dinheiro de Daniel Vorcaro é mentiroso. Quem fala que Eduardo Bolsonaro recebeu dinheiro desse fundo que foi criado nos Estados Unidos está mentindo”, disse o deputado cassado, em vídeo.

Eduardo afirmou na postagem

que arrecadou dinheiro com um curso intitulado Ação Conservadora e que converteu R\$ 350 mil em US\$ 50 mil para garantir um contrato com um diretor de Hollywood. Segundo o ex-parlamentar, esse contrato serviu para “segurar” o diretor por dois anos. “Coloquei todo o risco somente para mim”, afirmou Eduardo.

Em seguida, ele destacou que, no fim do contrato com o diretor de Hollywood, “surgiu a oportunidade de um grande investidor vir a nos ajudar a fazer o filme”. Ele acrescentou: “Depois acabou sendo um pool de vários investidores”.

Eduardo frisou que, à época, o seu contrato era com a produtora do filme. “Basicamente, (a produtora) disse o seguinte: ‘bota o seu dinheiro aqui, e como o risco está 100% seu, eu vou te garantir que você seja

diretor-executivo no filme”.

Mas, depois, relatou Eduardo, foi observada a possibilidade de perseguição no Brasil e, portanto, decidiu-se levar a estrutura para os Estados Unidos, com a criação de um fundo de investimentos.

“Quando essa estrutura passou a ser de fundo de investimento, eu saí dessa posição de diretor-executivo, que era um contrato antigo com a produtora, e passei a ser somente uma pessoa que assinou a sua cessão de direitos autorais”, contou.

O deputado cassado enfatizou que o recurso que recebeu era dele próprio. “Eu recebi o dinheiro de volta por conta do contrato com a produtora. Mas isso não passou pelo fundo. E recebi o dinheiro que era meu.” Eduardo disse ainda que o vazamento foi “seletivo” e que o filme “será um grande sucesso”.